

“Teologia do domínio” e Ressentimento: *Genealogia* da relação entre religião e política a partir da história recente do Brasil
“Dominion Theology” and Ressentiment: A *Genealogy* of the Relationship Between Religion and Politics Based on Brazil’s Recent History

*Leonardo Gonçalves de Alvarenga*¹

*Nelson Lellis*²

RESUMO

O texto analisa a Teologia do Domínio, uma interpretação religiosa que busca impor leis bíblicas no Brasil, incluindo punições severas e restrições à liberdade individual. A análise se baseia no método genealógico de Nietzsche e Foucault, que busca desvendar a origem e os mecanismos de poder por trás das ideias. O texto argumenta que a Teologia do Domínio não é apenas uma estratégia política, mas uma expressão do ressentimento de grupos evangélicos que se sentem marginalizados em um Estado laico. Ao buscar o controle político, esses grupos inverteriam valores e exerceriam o poder de forma dissimulada, mesmo dentro das regras democráticas. A principal tese é que o ressentimento é o motor por trás da Teologia do Domínio, impulsionando a busca por um controle totalitário e a imposição de uma visão religiosa fundamentalista sobre toda a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Teologia do Domínio, ressentimento, poder, Estado laico, evangélicos.

ABSTRACT

The text analyzes Dominion Theology, a religious interpretation seeking to impose biblical laws on Brazil, including harsh punishments and restrictions on individual freedoms. The analysis is grounded in Nietzsche and Foucault’s genealogical method, which aims to uncover the origins and power mechanisms behind ideas. The text argues that Dominion Theology is not

¹ Doutor em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP/CéSor/EHESS, Paris-FR). Possui pós-doutorado em Sociologia Política e Políticas Sociais pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFCS), UEPA. Contato: alvarengalg2@gmail.com

² Pós-doutor e Doutor em Sociologia Política (UENF). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória. Contato: nelsonlellis@gmail.com

merely a political strategy but an expression of resentment among evangelical groups feeling marginalized in a secular state. By seeking political control, these groups would invert values and exercise power in a covert manner, even within democratic frameworks. The central thesis is that resentment is the driving force behind Dominion Theology, propelling the pursuit of totalitarian control and the imposition of a fundamentalist religious worldview on society.

KEYWORDS

Dominion Theology, resentment, power, secular state, evangelicals.

Introdução

Os evangélicos, que antes pregavam a separação do mundo, foram aos poucos se adaptando ao mundo. Essa “adaptação ao mundo”, ou sua derivação do *Rationalismus der Weltanpassung* (“racionalismo de adaptação ao mundo”), termo weberiano, permite-nos interpretar as maneiras como a racionalização ocorreu até ocuparem cargos públicos, dito em outras palavras, até chegarem ao *poder* – antes ocupado sobretudo por católicos no cenário brasileiro. Simbolicamente, evangélicos iniciaram a substituição de um altar por outro, após um período de guerras simbólicas³. Seria, por outro lado, um certo excesso tratar de uma substituição radical; trata-se do exercício, da aplicação, da atuação religiosa expandidos para a esfera pública. Podem ser vistos influenciando, em diferentes proporções, instituições e movimentos diversos na política e na sociedade.⁴

A eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018 pode ser considerada o ponto culminante ou ápice da história recente em que os evangélicos no Brasil mostraram sua opção clara pelo poder. Mesmo não sendo um evangélico, Bolsonaro utilizou os *anseios* desse segmento como força reativa, “vontade de poder”, nos moldes do ressentimento⁵: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”⁶. Quem liberta, liberta de alguma coisa. Neste caso, a libertação de ideias “comunistas”⁷ e tudo aquilo que poderia assumir um risco contra as pautas conservadoras, defendidas igualmente em discursos de igrejas cristãs.

³ Em termos práticos, essa guerra simbólica foi interpretada por Gledson Oliveira, em sua tese de doutorado, como “ações proibitivas” e censura, onde a restauração católica, no contexto nordestino, estimulava cada fiel a se tornar um militante contra os “inimigos de fé”, a dialética entre o Eu – católico, demograficamente majoritário, hegemônico culturalmente – e o Outro – protestante, estranho, “de fora”. Cf. OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de. *Bodes, Hereges, Irmãos: Igrejas Presbiterianas e Batistas no Ceará do primeiro novecentos*. Universidade Federal do Ceará, 2012. Este movimento é bilateral, pois os protestantes possuíam o mesmo “espírito guerreiro” de combate ao inimigo. Cf. também: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁴ CASANOVA, Jose. *Public Religions in the Modern World*. London: The University of Chicago Press, 1994.

⁵ Deleuze, ao comentar sobre a vontade de poder em Nietzsche, salienta que “este princípio não significa (pelo menos não significa em primeiro lugar) que a vontade queira poder ou deseje dominar. A vontade de poder, diz Nietzsche, não consiste em cobiçar nem sequer em tomar, mas em criar e em dar”. Entretanto, quando esta vontade de poder é assumida pelos ressentidos (escravos), o “nihilismo triunfa”, e “só então a vontade de poder deixa de querer dizer ‘criar’, mas significa: querer o poder, desejar dominar”. DELEUZE, Gilles. *Nietzsche*. Edições 70, 2009, p. 23, 26.

⁶ Uma referência ao Evangelho de João 8.32, que serviu de bordão para campanha vitoriosa de Bolsonaro em 2018.

⁷ O comunismo é um termo generalizado para representação do mau; essa narrativa acompanha discursos ultraconservadores no Brasil e que, diga-se de passagem, ajudou no cenário do golpe civil-empresarial-militar de 1964.

Nesse contexto, veio à tona o que se convencionou chamar de Teologia do Domínio (ou reconstrucionismo cristão), conceito que foi gestado no seio do segmento evangélico norte-americano e recebido por líderes brasileiros que entendiam a necessidade de conquistar o poder político e as “instituições do mundo” a fim de organizar a sociedade a partir de uma hermenêutica literalista das Escrituras. O reconstrucionismo tem sido um esforço, às sombras da teologia calvinista, em que o crente deve guardar a lei sagrada e aplicá-la na esfera do Estado; conseqüentemente, estabeleceria uma espécie de teocracia – o Estado regido de maneira confessional.

Uma chave de leitura deste tempo sobre o conceito, e que encontra, segundo João Cezar de Castro Rocha (UERJ), um exemplo factual na fala da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que, no dia 25 de fevereiro de 2024, na avenida Paulista, em um trio elétrico, que mesclava tribuna e púlpito, declarou: “Por um bom tempo nós fomos negligentes, sim, ao ponto de falarmos que não poderiam misturar política e religião. E o Mal tomou. O Mal ocupou o espaço. Chegou o momento agora da libertação. ‘Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’”.⁸

Rocha⁹ busca fundamentos, que vão desde os acontecimentos que mencionamos até o fundamentalismo norte-americano e sua característica incontestável de aplicar literalmente os textos bíblicos, como o que diz: “E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra” (Sl¹⁰). Além deste, o Salmo 8: “Quando contemplo os teus céus, obra dos teus dedos, e a lua e as estrelas que estabeleceste, que é o homem, que dele te lembres? E o filho do homem, que o visites? Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste. Deste-lhe domínio sobre as obras da tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste”.¹¹

Consideramos os fatos importantes, bem como as falas e textos de Rocha para lançar luz sobre o momento político religioso que atravessamos. Mas vemos também tudo isso como sintomas de uma *realidade* ainda obscura, que requer, no sentido psicanalítico, muita escuta e abertura para um melhor entendimento do que está por trás de toda essa cena. Nosso objetivo é trazer a suspeita como ferramenta inicial, seguindo os passos dos filósofos que assim foram classificados (“mestres da suspeita”, ou mestres da “escola da suspeição”) pelo francês Paul Ricoeur¹². Pretendemos – e entendemos todos os riscos desse ensaio à luz do campo da filosofia – utilizar o método genealógico (Nietzsche e Foucault) para tentar superar as explicações cronológicas e lineares que acabam sendo muito didáticas, porém, deixam de lado outras informações cruciais para uma compreensão que ultrapassa os simples fatos. A hipótese central a partir de então será de que a Teologia do Domínio, tal como outros movimentos, como o

⁸ PODER 360. “Leia a íntegra do discurso...”, PODER 360, em 25/02/2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-na-avenida-paulista/>. Acesso em: 10/12/24.

⁹ ICL. A ameaça Michelle Bolsonaro: Teologia do Domínio – I. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/ameaca-michelle-bolsonaro-teologia-do-dominio-i/>. 2024. Acesso em 15/12/24.

¹⁰ BÍBLIA. Velho Testamento. *Gênesis*. Português. Bíblia Sagrada. Versão de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. Gênesis, Cap. 1, v. 28. (ARA)

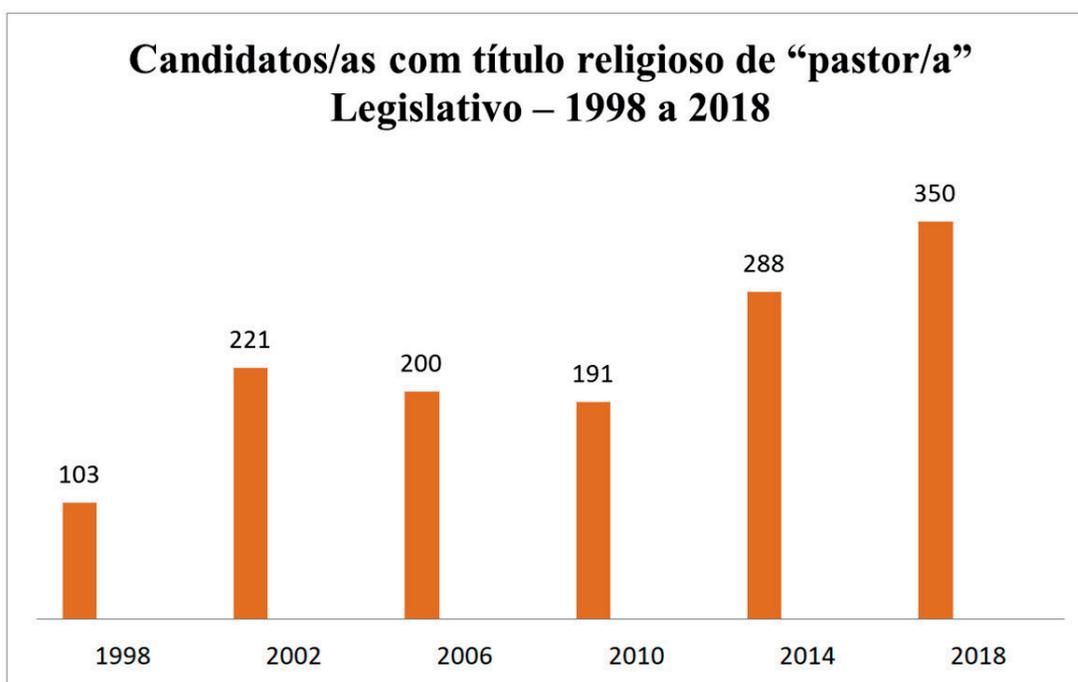
¹¹ Em alguns canais, chega-se a falar de uma “cronologia” dos fatos para explicar o que é a Teologia do Domínio. Cf. ROCHA, João Cezar de Castro. Cronologia da Teologia do Domínio: confira a explicação do professor João Cezar de Castro Rocha. Instituto Conhecimento Liberta. 1 de mar. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QH0J4X-GGgE>. Acesso em: 15/12/2024.

¹² RICOEUR, Paul. *Freud and Philosophy: An Essay on Interpretation*. New Haven and London: Yale University Press, 1970.

fundamentalismo, seria uma face do ressentimento, nos termos de Nietzsche, da religião cristã. O inconsciente construído historicamente nos cristianismos (católicos e evangélicos) seria demonstrado quando não aceitam seu *status* em um estado laico (tese) e quando, por isso, buscam estratégias de assumir o controle, nem que seja pelas regras democráticas, de forma dissimulada.

A ponta do iceberg: sintomas de um projeto de domínio

Em um texto publicado em 2021, “Pastor político: novas modulações da relação entre política e religião”¹³, o autor procurou investigar, através de coleta de dados do TSE, sobre o crescente número de candidatas/as que concorriam às eleições no âmbito legislativo com título religioso de pastor/a.¹⁴ No gráfico abaixo fica exposto um crescente aumento, inclusive com destaque da mídia no ano de 2018:



Fonte: REPOSITÓRIO DE DADOS ELEITORAIS – TSE.

No campo religioso evangélico, durante bastante tempo, principalmente pelo princípio histórico de defesa da separação entre Igreja e Estado, o pastor seria aquele que deveria cuidar

¹³ ALVARENGA, Leonardo. “Pastor político: novas modulações da relação entre política e religião”. In: ALVARENGA, Leonardo; LEÃO, Luís. *Evangélicos de ponta-cabeça: fragmentos de uma história do presente*. São Paulo: Editora Recriar, 2021, p. 141-162.

¹⁴ Em 2022, o Iser publicou uma pesquisa que abrange as candidaturas nas eleições de 2020 com identidade religiosa e oferecem dados para outras interpretações do cenário contemporâneo: RELIGIÃO E VOTO UMA FOTOGRAFIA DAS CANDIDATURAS COM IDENTIDADE RELIGIOSA NAS ELEIÇÕES 2020. Das metodologias utilizadas pelo Iser para Pertencimento – identificação do pertencimento do candidato, foram classificados arbitrariamente como evangélicos aqueles candidatos que se identificaram em cargos de lideranças (pastores, por exemplo) e como cristãos aqueles que se identificam de maneira mais ampla, como missionários/as sem vínculo explicitado Disponível em: <https://iser.org.br/publicacao/religiao-e-voto-uma-fotografia-das-candidaturas-com-identidade-religiosa-nas-eleicoes-2020/>. Acesso em: 30/12/2024.

das “almas” e da “salvação” dos fiéis. Não deveria se envolver em assuntos “mundanos”, ainda mais na política, por ser esta uma função do Estado. Além disso, o grupo considerava ser sua meta principal fazer prosélitos sem, com isso, envolverem-se com questões políticas¹⁵. Contudo, os números acima refletem um considerável engajamento de pastores na política partidária, ou como diz Burity¹⁶, uma “desprivatização do religioso” ou rebaixamento do “muro da separação”.

A partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1986, ou seja, com a redemocratização do país, os evangélicos ingressaram em maior número na política brasileira e ganharam maior visibilidade nessa esfera.¹⁷ À época, foi implantada no Congresso Nacional a chamada “Bancada Evangélica”, uma bancada pluripartidária, composta de 33 membros, sendo 18 deles do ramo pentecostal. Segundo Pierucci, tal bancada atuou como um bloco corporativo na defesa da “maioria moral” e aliou-se politicamente à direita.¹⁸ Paul Freston¹⁹ sublinha que o grupo evangélico manteve unidade em questões comportamentais (aborto, drogas, divórcio, homossexualidade), elegendo temas como família, mídia, dentre outros, como de grande interesse, caracterizando-se ainda pela ausência de crítica às autoridades e distância de questões sociais, como a própria reforma agrária.

Nota-se que a presença evangélica no Congresso Nacional se modificou com o ingresso de representantes de igrejas pentecostais que abandonaram o *slogan* “crente não se mete em política”, e assumiram o *slogan* “irmão vota em irmão”²⁰. Segundo Freston²¹, tal mudança de orientação ocorreu especialmente às vésperas da Constituinte, mobilizando sobretudo a Assembleia de Deus, em razão de notícias, na forma de boato, que corria então nesse meio religioso, segundo as quais a Igreja Católica estaria articulando voltar a ser a religião do Estado e cercear a liberdade religiosa para as demais igrejas e religiões, ou seja, uma ameaça ao poder enquanto projeto político.

Esse recorte de informações e levantamentos de dados bem específicos são importantes para compreensão dos fenômenos sócio-político-religiosos, porém, são só a ponta de um iceberg de um projeto de poder; assim como os que foram enunciados por Rocha²². Para Rocha o evento em que Michelle Bolsonaro discursa em um trio elétrico, mencionado na introdução, é considerado “uma virada de chave na política brasileira”²³.

¹⁵ CAMPOS, Leonildo Silveira. Os “políticos de Cristo”. Uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil, Trabalho apresentado no GT Religião e Sociedade, no *XXVI Encontro Nacional da ANPOCS*, Caxambu, MG, 2002.

¹⁶ BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião*, v. 4, n. 1, p. 27-45, 2001. BURITY, Joanildo. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. *Novos estudos CEBRAP*, n. 102, p. 89-105, 2015.

¹⁷ GERARDI, Dirceu André. Parlamentares evangélicos no Brasil: perfil de candidatos e eleitos a deputado federal (1998-2014). *The Observatory of Social and Political Elites of Brazil*. v. 3, n. 14, p. 1-18, 2016.

¹⁸ PIERUCCI, Antonio Flavio. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. In: PIERUCCI Antonio Flavio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.

¹⁹ FRESTON, Paul. “*Protestantismo e democracia no Brasil*”, *Lusotopie*, 1999.

²⁰ ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. *Cahiers des Amériques latines*, n. 48-49, p. 204-222, 2005.

²¹ FRESTON, 1999.

²² ROCHA, 2024

²³ ROCHA, 2024.

A genealogia do domínio: as estratégias, táticas e lutas submersas

Para um mergulho nesse oceano complexo, chamamos a atenção para o que o método genealógico nos propõe. A genealogia quer “conhecer as condições e o meio ambiente em que nasceram os valores, em que se desenvolveram e deformaram”²⁴; e no caso desse artigo, não só essas novas modulações político-religiosas, mas, a partir delas, o que convencionou chamar de uma Teologia do Domínio. Como uma genealogia poderia culminar na Teologia do Domínio? Seria na busca pelo *solo* de onde se originam e onde se enraízam os valores que culminaram nessa proposição e em outras que mostram o vínculo da religião com o poder: “uma busca por sua proveniência, por sua emergência no ‘palco dos acontecimentos’, o que Nietzsche define também ou como ‘história da emergência’; ou, querendo diferenciá-la da história no sentido tradicional”²⁵. O projeto genealógico busca, para além dos fatos, identificar as relações de poder imbricadas à religião.

A genealogia foi utilizada pelo próprio Nietzsche em seu *polêmico* livro “A genealogia da moral” (1887)²⁶ e, no século XX, por Foucault, em seu livro “Nietzsche, a genealogia, a história” (1971)²⁷. A genealogia, tal como concebida por Nietzsche, representa uma profunda ruptura com as tradicionais abordagens históricas e filosóficas. Ao invés de buscar as origens e essências imutáveis dos valores e dos conhecimentos, Nietzsche propõe uma investigação que desvela o caráter contingente e histórico desses elementos.²⁸ Em Foucault, a genealogia é uma das suas contribuições mais significativas, marcando uma ruptura metodológica em relação ao seu período anterior, focado na arqueologia. O método emerge como uma forma crítica de análise histórica, orientada pela problematização das origens e da verdade. Aqui, Foucault se distancia da abordagem tradicional da história, que busca um conhecimento linear e teleológico dos acontecimentos, para se aproximar de uma análise mais dinâmica, fragmentada e contingente. Uma das contribuições centrais da genealogia foucaultiana é sua ênfase nas relações de poder. Diferente da história tradicional, que tende a ver o poder de forma hierárquica e centralizada, Foucault vê o poder como algo difuso, presente em todas as esferas da vida social. O poder não é apenas repressivo, mas também produtivo: ele cria saberes, normas e identidades. Nesse sentido, a genealogia não se limita a investigar os efeitos do poder, mas também as formas como o poder é constituído e como ele opera nas práticas cotidianas. A justificativa para utilização deste método é superar a noção, que tanto é criticada por Nietzsche como por Foucault, de uma noção de *origem* (*Ursprung*) entendida como uma essência pura ou verdade primordial.

No Brasil, no campo da história, Rocha²⁹ tem sido um dos maiores expoentes no debate sobre Teologia do Domínio. Outros autores, como o teólogo Leonardo Boff³⁰ e a cientista social

²⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: Uma Polêmica*. Companhia das Letras: São Paulo, 2009, p. 11-12.

²⁵ PASCHOAL, Antonio Edmilson. O procedimento genealógico de Nietzsche. *Revista Diálogo Educacional*, v. 1, n. 2, 2000, p. 12.

²⁶ NIETZSCHE, 2006.

²⁷ Michel Foucault. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: Ditos e escritos. Vol. II. Tradução de Elisa Monteiro. Forense Universitária. Rio de Janeiro: 2005.

²⁸ MARTON, Scarlett. *Dicionário Nietzsche*. Edições Loyola, 2016.

²⁹ Teologia do Domínio, fundamentos I. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/teologia-do-dominio-fundamentos-i/>; Michelle Bolsonaro, Teologia do Domínio II. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/michelle-bolsonaro-teologia-do-dominio-ii/>. Acesso em: 15/12/2024.

³⁰ A teologia do domínio: refutação de uma falácia. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/637315-a-teologia-do-dominio-refutacao-de-uma-falacia-artigo-de-leonardo-boff-2>. A teologia do domínio. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/a-teologia-do-dominio/>. Acesso em: 15/12/2024.

Christina Vital da Cunha³¹, já deram entrevistas e produziram textos sobre o assunto, na mesma linha de raciocínio, com poucas variações. O assunto ganha força também sob o tema de *Nacionalismo Cristão*³². A suspeita aqui é que as análises empreendidas apresentam duas características:

- a) A primeira é *didática*. A sensação é de que se recorre ao termo como classificação com a intenção de enquadrá-lo a determinado grupo para que haja uma interpretação mais didática e menos complexa.³³ Fica mais fácil, à luz de uma classificação, com o uso do termo Teologia do Domínio, identificar que existe um grupo com origem em um tempo e espaço bem definidos, autores e autoras, mentores intelectuais etc., que estrategicamente pensaram numa forma de ocupação de espaços em esferas outras que não a exclusivamente religiosa, como defendido por Gary North³⁴, entre outros.
- b) Uma outra característica é a *ideológica*. Tendo o pressuposto de uma religião pura, que ao longo de sua história se desviou e passou a considerar o poder e o domínio como forma de alcançar seus espaços e impor sua visão de mundo. Será que nas análises vigentes da relação entre religião e política, que culmina com a Teologia do Domínio, não se estabeleceu uma pressuposição, no sentido rousseauiano, de um estado natural, onde a religião vivia ou se articulava sem qualquer ambição pelo poder? Fala-se de um cristianismo que se corrompeu com o poder; neste caso, teríamos que recorrer a Nietzsche, mais uma vez, para constatar que o cristianismo não passaria de um movimento de continuidade do ressentimento, do ódio e da vingança, todos instaurados pela moral judaica. Para efetivar isso, não vale tudo, somente o que for eficiente para estar no poder. Assim, pensamos na hipótese de ser a Teologia do Domínio uma das muitas evidências de uma *vontade* latente, característica da religião: o domínio. Não teria a religião uma vocação para o domínio e até mesmo vingança?

A genealogia, como um “espírito histórico”³⁵, deseja pôr *sub judice* essa história essencialista e linear, de fatos e acontecimentos, para propor uma investigação não apenas do que emerge como verdade (ponta do iceberg), mas também as estratégias, táticas e lutas que moldam essa emergência e estão submersas. Não se trata de estabelecer uma cronologia de fatos apenas

³¹ O pânico sobre a Teologia do Domínio e a cegueira sobre a ganância laica. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637556-o-panico-sobre-a-teologia-do-dominio-e-a-cegueira-sobre-a-ganancia-laica>. Acesso em: 15/12/2024.

³² CHAVES, João; BARRETO, Raimundo (palestrantes). *Nacionalismo Cristão: entre o evangelho e a espada*. Faculdade Unida. 18 de set. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eIVw0GPz2Vg>. Acesso em: 20/12/2024.

³³ Recomendamos o artigo: PEREIRA, Eliseu. Teologia do Domínio: Uma Chave de Interpretação da Relação Evangélico-política do Bolsonarismo. *Projeto História*, São Paulo, v. 76, p. 147-173, 2023.

³⁴ Gary North (1942-2022): ativo militante anticomunista, economista liberal da escola austríaca. Seu objetivo era articular o reconstrucionismo com economia liberal, usando linguagem acessível, o que lhe permitiu alcançar um público maior: “devemos usar a doutrina da liberdade religiosa para ganhar independência para as escolas cristãs até alcançarmos uma geração de pessoas que sabe que não existe neutralidade religiosa, lei neutra, educação neutra e governo civil neutro. Então, eles se ocuparão na construção de uma ordem social, política e religiosa baseada na Bíblia que finalmente nega a liberdade religiosa dos inimigos de Deus”.

³⁵ NIETZSCHE, 2013.

(Ursprung), mas de trazer à superfície elementos subjacentes (Herkunft)³⁶. Ao fazer isso, a genealogia se afasta das grandes narrativas e se concentra nas práticas locais, nos micropoderes e nas dinâmicas históricas que revelam a complexidade e a heterogeneidade do processo histórico³⁷. Deste modo, pretendemos, com a genealogia, chegar a um ponto próximo ao que Nietzsche chegou sobre a religião, mas com uma extensão ou aplicação à interface religião e política: o *ressentimento* como explicação e fundamento para Teologia do Domínio.

Religião e ressentimento: da Aristocracia à Casa de Leis

Uma das descobertas filosóficas mais importantes, segundo a professora Scarlet Marton³⁸, foi o conceito de *ressentimento* em Nietzsche. Haveria ressentimento ainda em nossa era? No primeiro momento, devemos nos ater à noção de ressentimento por Nietzsche. Em seu livro “Genealogia da Moral”, traça a origem dos conceitos de “bom” e “mau” nas sociedades aristocráticas, onde o “bom” era associado aos nobres e poderosos, enquanto o “ruim” era atribuído aos fracos e inferiores. Com o surgimento do cristianismo, essa ordem de valores foi invertida, e o “bom” passou a ser associado aos humildes e sofredores, enquanto o “ruim” foi atribuído aos poderosos e aos prazeres da vida. Ou seja, na verdade, os “bem-aventurados” seriam outros, conforme estabelecido no Sermão da Montanha. No reino de Deus teriam, segundo sua teologia, uma posição de destaque e se vingariam dos poderosos. O ressentimento é um conceito chave para entender essa inversão de valores, instrumentalizada para o domínio, pois não passaria de um sentimento de raiva e inveja dos fracos em relação aos fortes, que se manifestaria na inversão dos valores. O ressentimento é uma força reativa e não ativa, tal qual se encontra entre os fortes: “a reação torna-se qualquer coisa de sentida, ‘ressentimento’, que se exerce contra tudo o que é ativo”³⁹. O ressentimento é a vitória do “não” sobre o “sim”.

Uma atualização do ressentimento e aplicação no plano social foi feita por Max Scheler⁴⁰, que se baseia, inclusive, em Nietzsche. Para este autor, o ressentimento surge numa organização social quando há um descompasso entre a situação jurídica e o poder real. Numa democracia, por exemplo, cuja situação jurídica dos cidadãos é a igualdade de direitos, sendo esta uma igualdade formal, qual seria o poder real de cada cidadão? Exemplificando: se o poder real depende da riqueza que possuímos, do poder de compra, se pensarmos numa realidade do consumo, a situação dos cidadãos não corresponde à realidade perante a lei. Scarlet Marton⁴¹, baseada nessa

³⁶ Segundo Paschoal, o termo “origem” possui um importante papel para o procedimento genealógico. “É para distinguir entre uma concepção de ‘origem’ que remete a pesquisa histórica a uma busca por aspectos intrínsecos que se encontram no início de algo, e que se desenvolvem na história rumo a uma perfeição cada vez maior, e outra concepção de origem que remete a movimentos de forças que determinam sentidos e que entende a própria finalidade atual como força – como parte de uma estratégia –, que Nietzsche diferencia, ainda que por um momento, os termos ‘Herkunft’ (para apontar a própria ‘investigação’) e ‘Ursprung’ (para apontar a pesquisa dos outros genealogistas da moral)” (PASCHOAL, 2000, p. 14).

³⁷ FOUCAULT, 2023.

³⁸ O ressentimento como artifício do ódio e da vingança. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7439-o-ressentimento-como-artificio-do-odio-e-da-vinganca>. Acesso em: 15/12/2024.

³⁹ DELEUZE, 2009, p. 27.

⁴⁰ SCHELER, Max. *Da Reviravolta dos Valores*. Tradução de Marco Antônio dos Santos Casa Nova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

⁴¹ MARTON, 2016.

abordagem de Scheler, considera que na sociedade brasileira ocorre um ressentimento invertido, pois não são os menos favorecidos que julgam os mais fortes por não poderem usufruir dos seus direitos, antes, são os mais fortes, ricos e abastados que, ao se perceberem não mais como únicos privilegiados, ressentem-se daqueles que em um determinado momento passaram a ter acesso a alguns desses bens.

No âmbito sociopolítico-religioso, apresentamos nossa hipótese de que a religião institucional jamais aceitou o fato de perder o *status* que a favorecia de ser uma espécie de “consciência do Estado”⁴² e, com isso, julgar as leis e estabelecer valores para toda sociedade. Precisariamos navegar meticulosamente pela história do Brasil para entender isso?⁴³ O objetivo aqui é ir além do que a história e as ciências sociais podem oferecer, claro, sem tirar o mérito dessas ciências importantíssimas. Como já dissemos, a genealogia é o procedimento norteador dessa análise e busca desvendar as perspectivas implícitas nas avaliações e estabelecer o valor dos valores, a crítica da crítica e a razão pela qual as instituições se estabelecem como discursos válidos em detrimento de outros. Nietzsche abriu uma primeira porta para compreensão de que o cristianismo seria uma forma de ressentimento por inverter valores, estabelecer uma lógica de negação e oposição e, com isso, (auto)afirmar-se como *bom*.

Os fatos e episódios que temos acompanhado mais precisamente a partir das eleições de 2018 podem ser considerados apenas novas modulações do *ressentimento* religioso tal como anunciado por Nietzsche? A Teologia do Domínio não seria só um recurso didático e simplista para descrever uma patologia da religião? Confiamos em algum momento que a relação entre religião e política poderia salvar a religião de sua “antipatia” política ou a política de sua “frieza espiritual”? A secularização, com seu papel de separação das esferas, teve sucesso institucional na Europa, mas, na prática, no dia a dia, a aliança entre política e religião contemplaria a ambos os segmentos. No caso do cristianismo, para expandir sua mensagem, seu domínio em todas as áreas e ter garantidos os apoios em suas demandas. Já na política, para dar legitimidade através do discurso. Os dois, no final das contas, teriam o poder como ambição, uma vez que “o poder evoca a ideia de força, capacidade de governar e de se fazer obedecer, império”⁴⁴.

Citaremos um episódio local como sintoma do ressentimento religioso. Em pesquisa realizada no ano de 2018/19, pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (UNF), sobre a categoria “pastor político”, foi escolhido, do ponto de vista metodológico para entrevistas e coleta de dados, o pastor batista Éber Silva. Tendo já passado pela política como debutado federal pelo PDT, concorria as eleições legislativas em 2018 pelo DEM, sendo apoiador do candidato à presidência Jair Bolsonaro. Um personagem só seria suficiente para tirar conclusões? Baseado em Bourdieu, a biografia é algo que independe do indivíduo, “está ligada ao conceito de *agente* operando em um campo de forças, muitas vezes sem atinar para o sentido real de sua ação, em um conjunto mais vasto de caminhos possíveis à sua geração”⁴⁵.

⁴² Esta concepção é compartilhada, por exemplo, por líderes conservadores da Igreja Presbiteriana do Brasil, como Augustus Nicodemos e Hernandes Dias Lopes. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com/augustus-nicodemos-voz-profetica-igreja-consciencia-estado-115661.html>; <https://guiame.com.br/colunistas/hernandes-dias-lobes/igreja-e-consciencia-do-estado.html>. Acesso em 20/12/2024.

⁴³ O texto de Ari Oro, *Religião e política no Brasil* (2005) é didático e oferece um panorama sobre essa relação.

⁴⁴ SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. *Dicionário de Política*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

⁴⁵ MONTAGNER, MÂ. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, (17), p. 240-264, 2007.

Uma ação “individual” deve ser analisada de um ponto de vista também social, como em um campo de forças.

Após a derrota do pastor nas urnas, publicou um editorial no boletim de sua igreja intitulado: “Abatido, mas não destruído”. Éber Silva deixou bem claro seu objetivo: “um único propósito dominou minha mente e meu coração neste tempo; ou seja, transferir o meu púlpito para a Casa de Leis do nosso estado”⁴⁶. Este sujeito é agente em um campo de produções simbólicas. Seu ressentimento se manifesta pela lógica da oposição (*nós versus* eles), somos (cristãos) bons e eles são maus (“a Casa de Leis do nosso estado”).

Essa lógica do ressentimento também pode ser analisada pelo ponto de vista da guerra cultural⁴⁷, baseada naquilo que Rocha nominou como sistema de crenças de Olavo de Carvalho. O sistema de crenças olavista constituiu uma estrutura cognitiva rígida, caracterizada pela adesão a teorias conspiratórias e pela construção de um inimigo comum. A retórica polarizada e a desumanização do outro são elementos centrais dessa ideologia, que busca consolidar a identidade de seus adeptos através da exclusão e da hostilidade. Esse sistema de crenças se caracteriza por uma rede complexa de teorias da conspiração interligadas, como a Nova Ordem Mundial, a maçonaria e o globalismo. Essa narrativa, que frequentemente evoca o espectro do comunismo e do esquerdismo, utiliza-se de elementos como a “ideologia de gênero”, o gramscismo e o Foro de São Paulo para construir um inimigo comum. A linguagem utilizada por esse sistema é marcada pela dramaticidade e por clichês anticomunistas, visando desumanizar e desqualificar os adversários políticos. A retórica do ódio, abundante em palavras e generalizações, tem como objetivo eliminar simbolicamente aqueles que divergem de suas ideias, criando um clima de polarização e intolerância. O olavismo foi munção não só para campanha bolsonarista, mas também para determinadas igrejas⁴⁸. Em alguns arraiais evangélicos houve discursos inflamados de ódio contra todos aqueles que representavam uma ameaça aos seus “valores” e a sua “moral”. Nomes como os de Silas Malafaia, Marcos Feliciano, Damares Alves, Michelle Bolsonaro, Josué Valandro Jr. etc., são evidências do que estamos chamando, na esteira do pensamento nietzschiano, de ressentimento.

A partir da lógica do ressentimento, podemos avançar no sentido de compreender mais sobre a relação entre religião e política. Na República, ambas estão separadas, ou seja, possuem ações distintas e agentes que devem respeitar tais limites⁴⁹. Porém, a religião e a política se movimentam pelas relações de poder. No caso da religião, poder e glória jamais seriam renunciados. Para o filósofo italiano Giorgio Agamben⁵⁰, que fez uma genealogia teológica da economia e do governo, a glória, que tem origem na religião e na liturgia, não é apenas um atributo divino ou uma qualidade atribuída a grandes líderes, mas sim, um elemento constitutivo do poder político. A glória, nesse sentido, não é um fim em si mesma, mas um meio para legitimar o poder e garantir a submissão dos governados. A busca pela glória, segundo Agamben⁵¹, pode levar a

⁴⁶ SILVA, Eber. *Abatido, mas não destruído*. Segunda Igreja Batista de Campos. 14 de outubro de 2018.

⁴⁷ ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1ª Edição. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

⁴⁸ CUNHA, Magali. *Um olhar sobre a bolsonarização das igrejas no Brasil*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/um-olhar-sobre-a-bolsonarizacao-das-igrejas-no-brasil/>. Acesso em: 30/12/2024.

⁴⁹ BRASIL. *Constituição*. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988. Inciso I, art. 19.

⁵⁰ AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: Uma genealogia teológica da economia e do governo* [Homo Sacer, II, 2]. Boitempo Editorial, 2015.

⁵¹ AGAMBEN, 2015.

práticas perigosas, como a manipulação da opinião pública, a construção de cultos de personalidade e a legitimação de regimes autoritários. A glória se tornaria um instrumento de dominação, obscurecendo as verdadeiras relações de poder e alienando os indivíduos.

O ressentimento não é apenas uma reação frente ao poder de outrem, como defendido por Nietzsche. São utilizadas estratégias que vão desde a inversão de valores até a vingança e o ódio. O ressentimento, portanto, seria uma chave de interpretação para compreensão da realidade religiosa e política atual⁵². A Teologia do Domínio é uma das expressões que manifestam esse ressentimento, representado aqui por parte dos evangélicos. O termo hoje discutido com propriedade por Rocha⁵³, Boff⁵⁴, Vital⁵⁵, fundamentado em acontecimentos históricos, é de grande importância. Mas, assim entendemos, há que se levar em consideração o *inconsciente*⁵⁶ das religiões, que, pelo viés teórico aqui adotado, estariam a vontade de poder e de domínio (nos moldes do ressentimento). Se nos tempos de Nietzsche o cristianismo era hegemonicamente representado pelo catolicismo e um protestantismo ascético em expansão, temos os evangélicos que crescem, não apenas em número, mas também em representação no Congresso Nacional, um dos principais poderes do país. Esse movimento de interesse ascendente diz muita coisa para essa discussão teórica.

Conclusão

Este artigo procurou demonstrar, pelo campo da filosofia, em diálogo com percepções crescentes no Brasil acerca da Teologia do Domínio, um debate acerca da genealogia do termo em questão, e que destaca ao menos três pontos. O primeiro, quando não se considera que a religião, enquanto instituição, possui uma relação histórica com o poder, seja ele para oprimir, seja para protestar; e para salvaguardar seus intentos, grupos distintos buscaram e buscam legitimar seus discursos e ações a partir de oráculos, profecias, textos sagrados. O ressentimento, conceito que emprestamos de Nietzsche ao fazer uma Genealogia da Moral, seria uma chave de leitura para explicar esse conteúdo de “revanche”, reação, ódio e vingança contra o poder de outrem, dissimulado em discursos de transformação, moral, valores.

Segundo: o uso militante de conceitos para identificar movimentos que envolvem a interface religião e política. Embora haja pesquisa e certo rigor, a polarização e o calor que envolvem a academia abrem caminhos para que a classificação sobre o outro esteja sempre atrelada a um movimento que se aproxime do atual, como fascismo, comunismo, cristofascismo, e até mesmo Teologia do Domínio. Não podemos, nem é nosso interesse, desconsiderar a possibilidade da existência de todos eles, ainda que em proporções e consequências menores, contudo, há que se aprimorar o campo crítico de análise complexificando autores de síntese a fim de não reproduzir tipologias para classificar grandes movimentos e/ou estudos de caso.

⁵² GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 547-580, 2021. BETZ, H. G. (1990). Politics of Resentment: Right-Wing Radicalism in West Germany. *Comparative Politics*, v. 23, n. 1, pp. 45-60.

⁵³ ROCHA, 2024.

⁵⁴ BOFF, 2024.

⁵⁵ VITAL, 2024.

⁵⁶ O “inconsciente”, conceito freudiano, só é utilizado aqui como representação do que está oculto.

Por último, o artigo considera o ressentimento como a porta de entrada para se pensar o termo Teologia do Domínio – termo que tem sido popularizado a fim de dar conta das transformações sócio-políticas diante da interface religião e política. Em uma democracia, estabelecer uma religião como norteadora dos processos legais seria inviável, no entanto, rechaçá-la de suas atividades, até mesmo como influenciadora nos debates públicos seria diminuir a democracia. O conceito de ressentimento em Nietzsche, cujo potencial analítico nos parece profícuo, ainda carece de uma maior contextualização no sentido de identificar o que há de específico abaixo da linha que separa norte e sul.

O cenário político e religioso brasileiro encontra-se em constante transformação, com o uso cada vez mais intenso de elementos simbólicos (como objetos, rituais e gestos sagrados) e de discursos baseados em crenças para valorar decisões e legitimar pautas defendidas tanto por atores conservadores quanto por progressistas. Por outro lado, trata-se, por exemplo, de um tempo em que partidos de direita e de esquerda lançam mão de candidaturas de pastores e outras lideranças religiosas a fim de expressarem seu interesse por esse público e por entenderem que a narrativa religiosa ainda é uma importante base para adequar o ressentimento político.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: Uma genealogia teológica da economia e do governo* [Homo Sacer, II, 2]. Boitempo Editorial, 2015.
- ALVARENGA, Leonardo. “Pastor político: novas modulações da relação entre política e religião”. In: ALVARENGA, Leonardo; LEÃO, Luís. *Evangélicos de ponta-cabeça: fragmentos de uma história do presente*. São Paulo: Editora Recriar, 2021.
- BETZ, H. G. Politics of Resentment: Right-Wing Radicalism in West Germany. *Comparative Politics*, v. 23, n. 1, p. 45-60, 1990.
- BÍBLIA. Novo Testamento. *Evangelho de João*. Português. Bíblia Sagrada. Versão de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. Gênesis, Cap. 1, v. 28. (ARA), cap. 8, v. 32.
- BÍBLIA. Velho Testamento. *Gênesis*. Português. Bíblia Sagrada. Versão de João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. Cap. 1, v. 28. (ARA)
- BOFF, Leonardo. A teologia do domínio: refutação de uma falácia. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/637315-a-teologia-do-dominio-refutacao-de-uma-falacia-artigo-de-leonardo-boff-2>. A teologia do domínio. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/a-teologia-do-dominio/>. Acesso em 20/12/2024.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996a
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. *Constituição*. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988. Inciso I, art. 19.
- BURITY, Joanildo A. Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião*, v. 4, n. 1, p. 27-45, 2001.

- _____. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. *Novos estudos CEBRAP*, n. 102, p. 89-105, 2015.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Os “políticos de Cristo”. Uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil, *Trabalho apresentado no GT Religião e Sociedade*, no XXVI Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, MG, 2002.
- CASANOVA, Jose. *Public Religions in the Modern World*. London: The University of Chicago Press, 1994.
- CUNHA, Magali. *Um olhar sobre a bolsonarização das igrejas no Brasil*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/um-olhar-sobre-a-bolsonarizacao-das-igrejas-no-brasil/>. Acesso em: 30/12/2024.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche*. Edições 70, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a Genealogia, a História*. In: Ditos e escritos. Vol. II. Tradução de Elisa Monteiro. Forense Universitária. Rio de Janeiro: 2005.
- _____. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado). Universidade de Campinas, 1993.
- _____. *Protestantismo e Democracia no Brasil*. Lusotopie, Paris, v. 1999, n.1, p. 329-340, 1999.
- GERARDI, Dirceu André. Parlamentares evangélicos no Brasil: perfil de candidatos e eleitos a deputado federal (1998-2014). *The Observatory of Social and Political Elites of Brazil*. v. 3, n. 14, p. 1-18, 2016.
- GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 547-580, 2021.
- MARTON, Scarlett. *Dicionário Nietzsche*. Edições Loyola, 2016.
- _____. O ressentimento como artifício do ódio e da vingança. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7439-o-ressentimento-como-artificio-do-odio-e-da-vinganca>. Acesso em: 20/12/2024.
- MONTAGNER, MÂ. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, (17), p. 40-264, 2007.
- CHAVES, João; BARRETO, Raimundo (palestrantes). *Nacionalismo Cristão: entre o evangelho e a espada*. Faculdade Unida. 18 de set. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eIVw0GPz2Vg>. Acesso em: 20/12/2024.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: Uma Polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras, São Paulo: 2006.
- OLIVEIRA, Gledson Ribeiro de. Bodes, Hereges, Irmãos: *Igrejas Presbiterianas e Batistas no Ceará do primeiro novecentos*. Universidade Federal do Ceará, 2012.
- ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. *Cahiers des Amériques latines*, n. 48-49, p. 204-222, 2005.

- PASCHOAL, Antonio Edmilson. O procedimento genealógico de Nietzsche. *Revista Diálogo Educacional*, v. 1, n. 2, 2000.
- PEREIRA Eliseu. Teologia do Domínio: Uma Chave de Interpretação da Relação Evangélico-política do Bolsonarismo. *Projeto História*, São Paulo, v. 76, p. 147-173, 2023.
- PIERUCCI, Antonio Flavio. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. In: PIERUCCI Antonio Flavio; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- RELIGIÃO E VOTO UMA FOTOGRAFIA DAS CANDIDATURAS COM IDENTIDADE RELIGIOSA NAS ELEIÇÕES 2020. Disponível em: <https://iser.org.br/publicacao/religiao-e-voto-uma-fotografia-das-candidaturas-com-identidade-religiosa-nas-eleicoes-2020/>. Acesso em: 30/12/2024.
- RICOEUR, Paul. *Freud and Philosophy: An Essay on Interpretation*. New Haven and London: Yale University Press, 1970.
- ROCHA, João César de Castro. Cronologia da Teologia do Domínio: confira a explicação do professor João Cezar de Castro Rocha. Instituto Conhecimento Liberta. 1 de mar. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QH0J4X-GGgE>. Acesso em: 15/12/2024.
- _____. Teologia do Domínio, fundamentos I. Instituto Conhecimento Liberta. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/teologia-do-dominio-fundamentos-i/>. Acesso em: 15/12/2024.
- _____. Michelle Bolsonaro, Teologia do Domínio II. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/michelle-bolsonaro-teologia-do-dominio-ii/>. Acesso em: 15/12/2024.
- _____. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1ª Edição. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.
- SCHELER, Max. *Da Reviravolta dos Valores*. Tradução de Marco Antônio dos Santos Casa Nova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SILVA, Éber. *Abatido, mas não destruído*. Segunda Igreja Batista de Campos. 14 de outubro de 2018.
- SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. *Dicionário de Política*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.
- VITAL, C. O pânico sobre a Teologia do Domínio e a cegueira sobre a ganância laica. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637556-o-panico-sobre-a-teologia-do-dominio-e-a-cegueira-sobre-a-ganancia-laica>. Acesso em: 15/12/2024.

Submetido em 21/01/2025

Aprovado em 18/06/2025